



Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ

ATA

Reunião realizada em 17-7-2018, 14h00 (CNJ, bloco D, sala 208)

Aberta a reunião, o Conselheiro Márcio Schiefler Fontes (Presidente), fez distribuir aos presentes a ata com as deliberações tomadas pelo Comitê Gestor Nacional do PJe em sua reunião do dia 12-6-2018 (art. 32 da Res. CNJ 185/2013). Noticiou a presença de representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a convite da Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, para apresentação aos integrantes da Comissão de sistemas de processo eletrônico utilizados naquelas Cortes, respectivamente Projudi e eProc. Noticiou, ainda, a presença de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RO, também a convite da Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, para expor à Comissão questão submetida a procedimento sob relatoria de S. Exa., referente a problemas da versão do Sistema PJe utilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Com a palavra, a Conselheira Maria Tereza Uille Gomes agradeceu a presença dos convidados e esclareceu que o propósito do encontro é conhecer melhor os sistemas públicos de processo judicial eletrônico adotados por outros Tribunais, com demonstração das principais virtudes e dificuldades de cada um deles.

Passou-se a palavra ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RO, que expôs detalhadamente as dificuldades enfrentadas pelos usuários da versão do Sistema PJe utilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. O relato foi devidamente consignado pelo Chefe da Divisão de Gestão do PJe/CNJ, Antonio Augusto Silva Martins, que alertou não ter partido deste Conselho orientação para alterar a versão do PJe em uso no TJRO, mas do próprio Tribunal. Registrou, ainda, que muitos dos problemas expostos já foram resolvidos, sobretudo na versão 2.0, já disponível, e que os demais precisam ser analisados pelo Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ. Ainda no contexto, a e. Juíza Auxiliar da Presidência do TJRO, Euma Tourinho, cujo Tribunal possui pedido de relativização em trâmite no CNJ, registrou que Tribunais de dimensões similares ao de Rondônia relatam muitos elogios ao sistema de processo eletrônico desenvolvido pela empresa Softplan. O Conselheiro Luciano Frota apresentou relato de que a Justiça do Trabalho, de onde S. Exa. é oriundo, está totalmente integrada ao Sistema PJe e bastante satisfeita com os resultados. O Conselheiro Márcio Schiefler Fontes (Presidente) demonstrou preocupação com a segurança dos sistemas privados de processo



Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ

eletrônico e relatou a intensa abordagem ao CNJ, por parte de empresas particulares, para oferecimento de sistemas até mesmo a título gratuito, desde que o Poder Judiciário permita acesso aos bancos de dados dos Tribunais.

Em seguida, os representantes do TJPR apresentaram o sistema Projudi. Ressaltaram-se os principais aspectos do processo eletrônico: o histórico de concepção do sistema, os principais perfis disponibilizados aos usuários internos e externos, funcionalidades, bem como a abrangência, que hoje já alcançou 100% das unidades do Poder Judiciário do Paraná. Relatou-se, ainda, que o sistema também é utilizado, com adaptações às realidades regionais, pelos Tribunais de Justiça de Roraima, Amazonas, Rio de Janeiro e Alagoas. Após questionamento do Conselheiro Márcio Schiefler Fontes (Presidente), informou-se que inicialmente o Projudi fora disponibilizado pelo próprio CNJ, que descontinuou a utilização. Os representantes do TJPR informaram que aquela Corte possui o código-fonte do sistema. Por fim, foi colocada à disposição a íntegra da apresentação feita presencialmente aos integrantes da Comissão.

Na sequência, representantes do TRF4 apresentaram as principais características do eProc, sistema adotado pela Corte. Assim como na exposição anterior, ressaltaram-se as funcionalidades mais relevantes, os perfis, a abrangência e as principais diferenças de concepção entre referido sistema e o PJe. Segundo os representantes, entre as distinções mais relevantes, está o fato de que o PJe teria sido desenvolvido a partir de réplica dos fluxos dos autos do processo físico. O eProc, por outro lado, teria sido concebido de forma mais moderna, sem reprodução necessária das mesmas práticas dos autos de papel, o que, na visão dos expositores, representa ganho significativo de tempo no trâmite dos processos. Informou-se, ademais, que eProc e PJe estão integrados, porquanto conseguem comunicar-se. O arquivo com a íntegra da exposição também foi disponibilizado aos integrantes da Comissão.

Após referidas apresentações, a Conselheira Maria Tereza Uille propôs a criação de um Comitê Interinstitucional para análise dos sistemas públicos de processo eletrônico, com manifestação das áreas técnicas competentes do Conselho Nacional de Justiça e posterior deliberação. O Conselheiro Márcio Schiefler Fontes (Presidente) registrou que nada obsta tal contato de modo informal e mesmo formalmente, com a criação de Comitê, neste caso mediante e aprovação pela Presidência do CNJ, o que foi aprovado pelos demais.

A deliberação sobre os demais temas da pauta foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

Encerrou-se o encontro às 17h20, com a presença dos Conselheiros, Magistrados e servidores abaixo nomeados. Eu, Fábio de Souza Oliveira,



Conselho Nacional de Justiça

Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ

Assessor-Chefe do Gabinete do Conselheiro Márcio Schiefler Fontes (Presidente),
redigi a ata.

Brasília/DF, 24 de julho de 2018

Assinatura manuscrita em azul do Conselheiro Márcio Schiefler Fontes.

Conselheiro Márcio Schiefler Fontes
Presidente da Comissão Permanente de Tecnologia
da Informação e Infraestrutura/CNJ



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Lista de Presença

Reunião da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

Data: 17/7/2018

NOME	ORGÃO	E-MAIL
Sérgio Henrique Zotto	TJPR	sergio@tjpr.jus.br
Nelson Joaquim Santos	TJPE	nelson@tjpe.jus.br
Wilson José de Freitas Jr.	TJPP	wjfi@tjpr.jus.br
Roberto Marini, Steck	TJPB	rtms@tjpr.jus.br
Jordana M F Lima	CONS VALDETÁRIO/CNS	jordana.lima@cns-jus.br
Silvêri Feliciano	TJRO	sfeliciano@tjro.jus.br
EUMA TOUTINHO	TJ/RO	euma@tjro.jus.br
INÊS PORTO	CNS	ines.porto@cns-jus.br
MARCELO FORTO FERNANDES	CNS	marcelo.forto@cns-jus.br
Luciana Ottoni	CNS	luciana.ottoni@cns-jus.br
TAYNÊ PINTO DE SOUSA	CNS	TAYNÊ.SOUSA@cns-jus.br
ANGELA SANTOS	CNS	ANGELA.SANTOS@cns-jus.br
Bruno Mendes	CNS	bruno.mendes@cns-jus.br
Luciano Frota	CNS	lucfrota@figma.com
Antonio Ferreira & Filho	CNS	ANTONIO.MELO@cns-jus.br
ANTONIO AUGUSTO	CNS	ANTONIO.MARTINS@cns-jus.br
Felippe Roberto Pastana	OAB/RO	felipperoberto@gmail.com
Marlon B. Silvestre	TRF4	mie@trf4.jus.br

